

REVISTA DE

DA  
BIBLIOTECA NACIONAL

**História**



## OS DESCAMINHOS DO OURO

Professor, este suplemento foi elaborado com o objetivo de ajudá-lo a trabalhar o conteúdo dos artigos da *Revista de História da Biblioteca Nacional* em sala de aula. Pretende contribuir para se pensar, de forma estimulante e criativa, a construção do conhecimento histórico, a questão das identidades e a historicidade de temas transversais e de conteúdos abordados nos livros didáticos.

### PROPOSTA

O dossiê sobre a mineração [RHBN nº 38, novembro de 2008, pp. 14-35] permite tecer relações entre nosso passado colonial e alguns traços marcantes da sociedade brasileira. Sugerimos inserir esta aula após o conteúdo sobre o ciclo mineiro e as novas políticas fiscais da metrópole (quinto real, instalação das casas de fundição).

### ABORDAGEM CONCEITUAL

Durante muito tempo, o período do ouro foi exaltado como símbolo das riquezas naturais que um dia nos promoveriam a potência mundial. Associada às bandeiras e ao desbravamento do Brasil pelos brasileiros, a mineração foi lembrada como o momento de despertar da consciência nacional, precedendo a libertação do domínio português.

Consagrado no amarelo da bandeira, o período aurífero anunciaria a prosperidade da futura nação.

Os artigos revelam uma imagem bem diferente do legado colonial. A diversificação da economia, as estratégias de ascensão social, a corrupção, a impunidade e a concentração de renda estão entre as práticas atuais moldadas na sociedade do ouro. A continuidade destas características pode mostrar que os hábitos e os comportamentos que organizam uma sociedade têm raízes profundas, resistem à transformação e dificilmente são contornados pelas escolhas de uma única geração. Ao apontar para os traços mais delicados da cultura nacional, a abordagem da mineração expõe questões essenciais à História: o que somos e o que queremos ser.

## O OURO NOS ARTIGOS

“A peso de ouro” [RHBN n° 38, novembro de 2008, pp. 16-21], analisa o impacto causado pela descoberta do metal na reorganização da empresa colonial e da hierarquia social. A simplicidade do sistema de extração estimulava a cobiça de todos os segmentos, mas não de forma homogênea. Os garimpeiros dividiam as sobras dos lotes explorados pelos grandes proprietários durante todo o século do ouro. Escravos burlavam a vigilância na esperança de comprar sua liberdade. Esta situação teria três consequências profundas para a formação da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, os dados mostram a concentração no padrão de acumulação da riqueza (metais, terras, escravos) no momento em que a economia se expande para o interior da Colônia. Segundo, embora importante, a extração do ouro ocupou cerca de 5% da população, que se viu impulsionada para a agricultura, a pecuária e a produção de gêneros, diante da enorme quantidade de moeda em circulação. O mercado interno sai fortalecido, com a proliferação de lojas especializadas em bens de consumo e de luxo, novidade para uma economia essencialmente agroexportadora. Terceiro, a posse do ouro permitiu reinventar as diferenças sociais entre livres e ex-escravos, brancos e negros, diminuindo os espaços entre estes polos e possibilitando o acesso a posições sociais de algum destaque. O novo poder de compra representava a ascensão, prestígio para as elites, dignidade para os forros, que se distinguiam como clientes de importantes estabelecimentos comerciais [“Às compras”, p. 21].

“Eu quero é ouro” [RHBN n° 38, novembro de 2008, pp. 28-32] nos leva aos bastidores ilegais do grande negócio da mineração. Dos funcionários reais aos escravos de ganho, passando pelos religiosos, quase todos estavam envolvidos nos descaminhos e contrabandos, que driblavam as leis de pagamento do quinto. Os recursos variavam de acordo com o quilate do contraventor. Os escravos usavam os cabelos das mulheres para esconder o ouro em pó; os populares contavam com a fabricação de colares para escapar ao quinto; os dragões disfarçavam o metal nos botões dos uniformes. Governadores e autoridades dispunham de técnicas mais refinadas: a falsificação do cunho real, marca da barra de ouro oficialmente fundida, dividia espaço com a falsificação de moedas, que eram vazadas ou tinham as bordas raspadas para se ficar com o ouro. Um caso impressionante é o da fábrica clandestina de moedas, que floresceu no vale do Rio Paraopeba e tinha a proteção direta do governador das Minas, D. Lourenço de Almeida [“Os falsificadores” pp. 34-35].

O artigo chama atenção para o destino dos agentes de Estado apanhados nas fraudes e nos crimes de lesa-majestade. Em grande parte, eram absolvidos, retornavam às suas funções ou desfrutavam de sua riqueza em Portugal. Este é um aspecto central, que revela o contraste entre o castigo exemplar aplicado ao populacho ou aos ex-escravos infratores e a impunidade que acoberava os representantes da Coroa. Segundo o artigo, “fechar os olhos” para a sonegação fiscal (da maioria) e para a corrupção (dos notáveis) era condição necessária para a própria realização do pacto colonial. O enriquecimento ilícito estaria, portanto, na origem do Estado brasileiro.

## ATIVIDADES DIDÁTICAS

1. Sugerimos pedir aos alunos que indiquem por escrito as formas de desencaminhar o ouro e burlar o fisco apresentadas nos artigos. Vale destacar a desproporção dos meios empregados pelos diferentes grupos sociais (escravos, forros, populares, soldados, funcionários da administração).

2. Na sequência, proponha uma pesquisa sobre as definições e os atos formais de corrupção hoje no Brasil. Recomenda-se estender a consulta à legislação, além de fontes usuais (jornais, revistas, depoimentos). A lei 4.729, sobre o crime de sonegação fiscal, e os artigos 317 e 333 do Código Penal, que tipificam a corrupção, estão disponíveis na Internet. Ao discutir os resultados, caberá enfatizar a diferença entre o desvio do ouro destinado ao colonizador estrangeiro e o enriquecimento ilícito praticado por representantes do povo em uma nação independente. No primeiro caso, trata-se de falta de lealdade devida à pessoa do rei, que pode ser perdoada por simples clemência. No segundo, de crime contra a fé pública, o que compromete a vigilância de todos os brasileiros.

3. Por fim, seria interessante analisar o *Sermão do Bom Ladrão*, do padre Antônio Vieira [p. 30], uma fonte sobre o imaginário social da cobiça e da corrupção. A crítica mordaz de Vieira se aplica a uma terra cujo fim era prover a acumulação de riqueza de um império. O “bom ladrão” está entre escravos e senhores, colonos e colonizadores, entre todos aqueles que aqui nasceram ou para cá vieram, se envolvem ou se empregam. Ao contrário, em caricaturas, charges, noticiários e letras de músicas atuais, a corrupção é apresentada como vício da classe política, não mais uma prática do brasileiro comum.

Este contraste propicia uma discussão sobre as práticas informais e cotidianas de corrupção como traço de nossa cultura. O abuso de poder pessoal (“sabe com quem está falando?”), o desacato às autoridades, o desrespeito às filas, são faces do “jeitinho brasileiro”, modo de agir usado para driblar as convenções sociais, apelando-se para a chantagem emocional e para a recompensa. Alguns exemplos: ao dar dinheiro para o guarda de trânsito anular a multa, usa-se a frase “tem como dar um jeitinho” para descaracterizar o suborno; trabalhar pouco e querer ganhar muito ou ser bancado por outros; combater a honestidade com desprezo e louvar a malandragem como estilo de vida; baixar músicas e comprar produtos pirateados sem pagar aos autores. Uma possibilidade é procurar refletir com os alunos sobre as eventuais manifestações do “jeitinho” em suas comunidades de origem. Importa esclarecer que as ilegalidades cometidas nos altos escalões do poder obedecem a um padrão de comportamento social que, se não justifica, ao menos torna todos responsáveis pela construção de um destino comum.

## PRINCIPAIS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

1. Perceber que o período histórico da mineração plasmou características centrais da sociedade brasileira, como a hierarquia social, a concentração da riqueza, a corrupção e a impunidade.
2. Compreender que a corrupção é uma prática cultural reproduzida historicamente na sociedade brasileira, e sua solução depende menos das vontades individuais do que da mudança da atitude coletiva no modo de enfrentá-la.

## SAIBA MAIS

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

*Revista de História da Biblioteca Nacional*, n° 42, março de 2009. Dossiê “Corrupção”.

Filme:

“O Aleijadinho”, de Geraldo Santos Pereira, 2000.

A *Revista de História da Biblioteca Nacional* quer saber a sua opinião.

A atividade proposta alcançou bons resultados? Compartilhe sua experiência com outros professores. Envie seus comentários, sugestões e críticas para [revistadehistoria@revistadehistoria.com.br](mailto:revistadehistoria@revistadehistoria.com.br)

Cópia deste encarte e dos artigos citados nas atividades podem ser obtidos no link [www.revistadehistoria.com.br/naescola](http://www.revistadehistoria.com.br/naescola)

Coordenador do projeto e editoração: Luciano Figueiredo  
Produção executiva: Nívia Pombo  
Projeto gráfico: Locus Solus  
Pesquisa e redação: Alexandre Paiva de Rio Camargo  
Consultoria pedagógica: Suzana Maria Aquino de Souza e Silva  
Copidesque: Bella Stal



Uma realização da *Revista de História da Biblioteca Nacional* com o apoio financeiro da FAPERJ.



MINISTÉRIO DA CULTURA  
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL